

A construção do pensamento historiográfico em Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen.

MICHELLE FERNANDA TASCA*

A tarefa do historiador consiste na exposição do acontecimento. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e completa for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência do seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado. Visto por esse lado, o historiador se mostra receptivo e reproduzidor, jamais autônomo e criativo. (HUMBOLDT, 1821: 82)

A passagem acima, retirada de um texto de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835), faz referência a uma discussão que se apresentava no meio europeu, já nas décadas iniciais do oitocentos, a saber pelo próprio enunciado do escrito: *Sobre a tarefa do historiador*. Ou seja, entravam na pauta dos debates, questionamentos acerca do fazer historiográfico, do sentido adotado pela história, assim como dos métodos e caminhos para abordá-la. O relato do historiador deveria buscar a fidelidade plena ao evento referido, deixando de lado a subjetivação e a criatividade, no entanto, como o autor afirma a seguir: “A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato” (HUMBOLDT, 1821: 83). Dessa forma, percebe-se a relativização tanto do conceito de verdade quanto da forma de proceder em relação aos fatos a serem narrados, o que evidencia as definições e redefinições sofridas pelo conceito de história entre os finais do século XVIII e início do XIX.

Seguindo essa mesma linha, objetivo da pesquisa que será apresentada é questionar a visão recorrente do século XIX como o período da exclusiva cientificação e objetivação da História, contrariando a tese que considera que durante o oitocentos a história se emancipa da filosofia e da literatura, alterando assim o foco das preocupações do historiador. O intuito é demonstrar que embora houvesse tais propósitos, eles não eliminariam os recursos à literatura, à subjetividade e à imaginação

* Aluna de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa financiada pela FAPESP.

histórica. Para comprovar essa hipótese, proponho a análise da *Crônica do Descobrimento do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), publicada inicialmente em 1840, nas páginas do jornal lisbonense *O Panorama* e de alguns contos de Alexandre Herculano (1810-1877), tais como: *Arras por Foro de Espanha* (1842), e partes selecionadas do romance *O Bobo* (1843), publicados no mesmo periódico. Escritos esses escolhidos como exemplares dentro de uma gama de trabalhos no gênero do romance histórico, praticado por autores do meio luso-brasileiro, que uniam o recurso literário ao fazer historiográfico, baseando-se em procedimentos semelhantes de crítica documental e visão de História que se utilizaram para escrever as grandes obras sobre as Histórias nacionais de seus países, respectivamente Brasil e Portugal.

A opção específica por esses historiadores está na importante atuação de ambos tiveram na construção da história nacional de seus países, escrevendo obras referenciais no contexto oitocentista, sendo que ao mesmo tempo trabalharam, em momentos singulares, no limiar que separa a história da literatura, contribuindo para a elaboração da forma de escrever e conceber a história em meio aos debates sobre constituição e institucionalização do conhecimento histórico.

Saliento, no entanto, que por tratar-se de uma pesquisa de Mestrado em andamento, os resultados até agora obtidos não são conclusivos, no que me proponho a apresentar apenas uma pequena parte do que será desenvolvido no decorrer do estudo.

O objetivo central até o presente momento tem sido a preocupação em estabelecer as percepções historiográficas de Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen, sem adentrar ainda nos méritos literários. Para tanto, centrei-me na compreensão do meio intelectual e cultural em que os autores trabalharam, assim como na análise de alguns escritos que permitissem perceber com quais pressupostos operavam na construção do conhecimento histórico.

A documentação selecionada para a discussão se resume à:

1. “Advertência” contida no primeiro tomo de *História de Portugal* escrita por Herculano e publicada em 1853 e o “Prefácio” da *História Geral do Brasil* inserido no segundo volume publicado inicialmente em 1857. Em ambos os textos, ao tomarem para si as incumbências de historiador, deixaram entrever o que concebiam por História, o que pode ser percebido de duas maneiras: primeiramente pelas premissas que associaram ao próprio termo, e em seguida como o utilizaram.

2. Trechos selecionados do primeiro tomo da *História Geral do Brasil* (1856), em que Varnhagen apresenta, da mesma forma, sua relação com a história que se propõe a escrever, assim como elementos que considera inerentes a ela.

3. Cartas sobre a História de Portugal, escritas por Herculano à Revista Universal Lisbonense entre 1842 e 1843, tratando de uma gama de temas caros à constituição da história de seu país, sobretudo dos tempos mais remotos que se relacionam aos primórdios da formação da nação portuguesa. Compõem um total de cinco cartas, com os títulos: Sobre a História de Portugal (Cartas 1 e 2); Separação de Portugal do Reino de Leão; Necessidade de uma nova divisão de épocas. Falso aspecto da História; Ciclos ou grandes divisões históricas; e que posteriormente foram reunidas no Tomo V – Controvérsias e Estudos Históricos, dos Opúsculos. Nessas cartas o autor delinea tanto a forma como concebia a história, críticas aos trabalhos de estudiosos anteriores, como a maneira de interrogar os documentos e discussões acerca de fatos e eventos tidos a priori como certos e incontestáveis. Dessa forma, também temas como Nação e memória constituem pontos cruciais de sua abordagem.

Dentro dos propósitos de compreender as concepções historiográficas dos autores selecionados, e considerando as diversas abordagens possíveis, o presente texto centrar-se-á em duas reflexões principais: como se posicionavam ante os desenvolvimentos da história objetiva e científica que se delineava durante o século XIX, conquistando cada vez mais adeptos dentre os intelectuais; e a relação dessa escrita com a idéia de nação que se desenvolvia no momento em que os países, no caso me restrinjo especificamente ao Brasil e Portugal, procuravam recriar suas origens retornando a séculos anteriores e projetando neles seu ideal de civilização – no período do descobrimento no caso de Varnhagen e na Idade Média no de Herculano.

Os caminhos para a história científica e nacional

Durante o século XIX surgiram no cenário intelectual europeu diversas formas de pensar sobre o conceito de História que levaram a discussões sobre como entendê-lo, como operar com suas diretrizes, quais métodos utilizar, a definição do material, a cronologia, concepção do tempo passado, dentre outras questões de igual importância. Não obstante, a racionalização do conhecimento, iniciada durante o Iluminismo, foi a

mola propulsora para a vertente que pretendia conquistar para a História um lugar dentre as ciências. De acordo o filósofo Ernest Cassirer, ao abordar o que chamou de “A conquista do mundo histórico”, a filosofia da História desenvolvida paralelamente ao Iluminismo teria dado maior relevância à história antes mesmo da entrada do século XIX, considerado como crucial nos debates sobre esse tema. O mérito estaria na sistematização e racionalização do conhecimento histórico que levou à progressiva profissionalização e especialização da História como disciplina (CASSIRER, 1997).

Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen escreveram no período em que essas questões borbulhavam no ambiente intelectual europeu, e tendo em vista que nem Portugal nem o Brasil se encontravam isolados desses assuntos, não se viram distantes dos desdobramentos dessa forma de pensar. Dessa forma, nos documentos selecionados para a análise vemos como a idéia de uma história científica e a busca por um “conhecimento verdadeiro” foram esboçados através da escrita das respectivas histórias nacionais.

Primeiro ponto a ser esclarecido, refere-se às especificações inerentes ao conceito de história científica que estamos utilizando. Baseando-nos na leitura das fontes escolhidas podemos apreender que, ao lado da sistematização do conhecimento, ou seja, do estabelecimento de um método operacional baseado em regras claras e objetivas ao proceder a recolha e organização de um acervo documental, da almejada imparcialidade do historiador ao narrar os fatos com aporte nos documentos, a necessidade de se encontrar a “verdade histórica” era um dos pilares em que se baseava essa vertente historiográfica que se estabelecia. Vista dessa forma objetiva, consideravam ser a História digna de parear junto às disciplinas exatas e estabelecer-se no rol das ciências. Tal Posição é ratificada por Herculano ao se defender das críticas feitas ao seu método de trabalho na *História de Portugal*: “Elles tractam a historia como uma questão de partido litterario; eu apenas a considero como materia de sciencia” (HERCULANO, 1853: X).

De acordo com José Mattoso em texto publicado no livro *A Escrita da História – Teoria e Método* (1997), a história começou a comportar o mesmo estatuto das ciências exatas nos fins do século XVII, e ainda assim foi uma conquista que se desenvolveu muito lentamente (MATTOSO, 1997: 102). A noção científica da História em Portugal teria sido concretizada com a criação da Academia das Ciências de Lisboa

em 1780, que unindo o que chama de cultivadores das ciências exatas aos amantes do passado, culminou nessa noção chave para a historiografia erudita do país. Como consequência desse momento inicia-se, ainda que escassamente, a coleta de documentos baseada em critérios sistemáticos de seleção e organização, aliada a publicação das fontes. Foi também no seio dessa Academia que Herculano e outros historiadores seus contemporâneos, tais como o Visconde de Santarém e Rebelo da Silva, publicaram volumes e coleções de séries documentais (MATTOSO, 1997: 107-108).

Como salienta Maria Odila Leite da S. Dias, o Brasil não se viu distante desse movimento, sendo que o contato com o ambiente intelectual europeu se deu, sobretudo, a partir de estudantes brasileiros que passaram a frequentar universidades do velho continente e traziam consigo o pensamento das Luzes, que aos poucos se integrava em meio brasileiro (DIAS, 2009: 39). Dessa forma, juntamente com o interesse pelas ciências física e natural, tomavam contato também com a história que lutava por conquistar seu lugar entre elas. Assim, o pensamento historiográfico que começa a se desenvolver nesse período vem impregnado da concepção crítica e de valorização documental que predominava em Portugal.

No entanto, a historiografia brasileira nascente adquire características muito peculiares, sobretudo no que se refere à construção de uma História considerada inexistente, ou seja, a criação de um passado nacional que desse ao país a legitimidade para se afirmar como nação independente e separada do reino português. Proclamada a Independência, revelava-se, de acordo com Nilo Odália, um grande vazio ideológico em que se desenvolvera o processo de emancipação, tornando necessário o preenchimento desse espaço “por meio de uma ação deliberada e racional, orientada no sentido de construir o que não havia” (ODALIA, 2001: 25-28). Teriam sido lançados, então, projetos em busca da formação de uma nacionalidade ainda não existente. Nas palavras de Manoel L. S. Guimarães: “É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil seguindo postulados próprios de uma história comprometida com o desenvolvimento do processo de gênese da Nação que se entregam os letrados reunidos em torno do IHGB” (GUIMARÃES, 1989: 6). Assim, fundava-se em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, preocupado com a criação de uma História nacional e de “procedimentos adequados, capazes de assegurar a verdade do narrado segundo os protocolos em construção e que começam a vigir para esse tipo de escrita peculiar”

(GUIMARÃES, 2007: 99). Assim, uma das maiores preocupações do IHGB no momento de sua fundação e durante alguns anos que se seguiram era justamente a coleta de documentos interessantes para a formação da história do país. Mesmo Varnhagen ocupou-se dessa tarefa em viagens a países europeus e, sobretudo, em arquivos portugueses, o que nos remete ao título de sua História Geral do Brazil, quando afirma: “escrita na presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda”, e mais a seguir no corpo do texto quando diz que ao escrever sua História Geral “indicaram-se as fontes mais puras e genuínas” (VARNHAGEN, 1857: VI).

A busca pela verdade era outro ideal perseguido por esses historiadores. Deste modo, Herculano apresenta essa busca como fim último da História, procurando escrever apenas para o que chama de os “singelos amigos da verdade”, mesmo receando não ser tão exato em suas enunciações pela escassez de monumentos ou por eventuais equívocos na apreciação dos fatos. Assim escreve que:

Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da história. O seu fim é a verdade. Onde o autor errou involuntariamente é condenável o livro; onde pretendeu iludir os que o lêem, a condenação deve cair sobre o livro e conjuntamente sobre o auctor. (...) É o interesse da sciencia que o exige. (HERCULANO, 1853: VII)

Também Varnhagen considera a verdade dos fatos como questão central a quem se propõe a escrever a história, assim como a imparcialidade do historiador ante aos fatos a serem analisados, “não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haverem elles succedido deste ou daquele modo” (VARNHAGEN, 1857: XII). Nesse sentido, distingue o verdadeiro historiador do poeta, visto que para este predominaria a imaginação, já ao historiador importaria, sobretudo, o estudo do fato que apura por meio de provas “que requerem o seu criterio” (VARNHAGEN, 1857: XII).

Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade do exame da verdade. Pela nossa parte em atingir esta, até onde a podemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, puzemos todo o desvelo: convencidos de que Ella e só Ella, pode oferecer harmonia eterna entre os factos... (VARNHAGEN, 1856: 11)

De acordo com Koselleck - ao analisar a constituição do conceito moderno de história em meados do século XVIII - o elemento da verdade passara a ser uma exigência na formação do que seria uma nova consciência da realidade histórica, conteúdo que até então ela não comportava. Em suas palavras:

Um critério bastante preciso para o reconhecimento da disseminação dessa nova consciência de realidade histórica é o fato de que também os contos, novelas e romances passaram a ser editados com o subtítulo “histoire véritable” [história verdadeira]. Com isso eles compartilham, com a história real, de uma elevada exigência de verdade, de um conteúdo de verdade do qual a história [Historie] vinha sendo privada desde Aristóteles até Lessing. Dessa forma, as demandas peculiares à história e à poética delimitam-se uma a outra, atuando de maneira recíproca a fim de trazer à luz o sentido imanente de “Geschichte”. (KOSELLECK, 2006: 51)

Dessa maneira, implicada na busca pela verdade¹ estaria também a renúncia aos sucessos maravilhosos que levariam ao enaltecimento nacional, ou a narração de lendas tomadas por históricas. No caso de Herculano, ele acredita: “... que a sciencia da historia caminha na Europa com passos ao mesmo tempos firmes e rápidos, e que se não tivermos o generoso animo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com cruel franqueza” (HERCULANO, 1853: IX). Cito como exemplo a polêmica gerada por Herculano em relação ao chamado Milagre de Ourique², sobre cuja discussão – desenvolvida do Tomo III dos chamados *Opúsculos* (1876) - afirma que tais elementos fabulosos não teriam qualquer valor se vista aos olhos da história. Abordada sob esta perspectiva, a verdade remeteria ao próprio interesse exigido pela ciência, no que se distanciaria, a uma primeira análise, das questões literárias propriamente ditas.³

¹ Embora a verdade no discurso fosse meta, sobretudo, dos escritores do XIX, vale ressaltar que o recurso à veracidade no relato data de muito tempo antes. Como indica José Mattoso, a veracidade tornara-se meta dos escritores desde a Idade Média ou mesmo do Renascimento. Distinta da verdade propriamente dita, era um recurso utilizado para tornar a narrativa atraente e persuasiva, dando maior força ao discurso. Ver (MATOSO, 1997: 103).

² De acordo com a tradição portuguesa, o Milagre de Ourique se refere ao desfecho fabuloso da Batalha de Ourique, na qual as tropas lideradas por Afonso Henriques teriam saído vitoriosas por intervenção divina. Herculano refuta essa idéia, entrando em polêmica com o clero, discussão que se torna patente nos seus escritos reunidos no Terceiro Tomo dos *Opúsculos*.

³ No desenvolvimento futuro da pesquisa intenta-se questionar o pressuposto que distingue a história dos elementos literários e ficcionais.

Ao lado dos princípios que levaram à escrita do que tratamos como história científica, estava a necessidade eminente da concepção ou reelaboração de um discurso sobre o passado tanto de Portugal quanto do Brasil. Vivenciando momentos distintos em seus aspectos político, econômico e cultural – o primeiro em meio ao retorno do Imperador ao seu território de origem, às disputas pelo poder e as revoluções liberais que assolavam o território e colocavam o país em cheque, levando intelectuais a saírem em busca da identidade perdida do povo português, desenvolvendo o sentimento de pertencimento a uma nação cujas origens buscavam na Idade Média; e o segundo, encontrando-se liberto do domínio lusitano, empenhava-se em se afirmar como nação independente, não mais sob o jugo de Portugal, mas como portadora de uma história própria e particularizada, preocupada com a criação da identidade do povo brasileiro e os princípios de sua história, que se iniciaria com o descobrimento.

Ao tecer a origem de suas respectivas nações, alocam-nas em momentos muito peculiares de suas trajetórias. A história portuguesa começa com o nascimento do povo português, ou seja, todo o pensamento histórico de Herculano e a forma como busca e interroga suas fontes são baseados no desejo de construir o passado nacional e apreender as origens de sua Nação. Para isso retorna aos primórdios da ocupação da Península Ibérica pelo império Visigodo, sua queda devido ao poderio e força dos árabes que invadiam o território, a reação cristã e a separação de Portugal da monarquia de Leão.⁴ Varnhagen, por sua vez, a fim de legitimar a identidade brasileira que era então idealizada nos decorridos anos do século XIX, retorna ao que considera como o nascimento de sua Nação com a chegada dos portugueses ao Brasil, ou seja, narra os acontecimentos que levaram a esquadra lusitana capitaneada por Pedro Álvares Cabral a aportar na desconhecida terra.

Tanto Varnhagen quanto Alexandre Herculano apresentam como meta a produção da história pátria de seus respectivos países. Remetendo aos princípios históricos que delineamos anteriormente, Herculano considera a imparcialidade como obrigação do historiador ao tratar seu objeto, mesmo sendo este a sua terra natal, motivo pelo qual assevera: “procurei esquecer-me de que sou português, e parece-me te-lo

⁴ O início dos romances *Eurico, o Presbítero* e *O Monge de Cister* de Herculano, narram justamente esse momento da história peninsular. Também nas narrativas mais curtas, algumas tem personagens e eventos relacionados ao contexto árabe.

alcançado” (HERCULANO, 1853: VIII). No entanto, de forma a abrandar o rigor de seu pensamento, julga imprescindível o amor à pátria para dedicar a vida em “dar ao seu paiz uma história” (HERCULANO, 1853: VIII). Essa forma de pensar, porém, não deve ser confundida com um patriotismo exacerbado – péssimo conselheiro para o historiador, pois aquele que se fiasse em tal sentimento, vendo os fatos apenas pelo prisma das questões nacionais e tentando exaltar sobremaneira seu país, correria o risco de ser escarneado pelas demais nações por sua credulidade e ignorância. Apresenta, portanto, uma postura crítica em relação ao nacionalismo em excesso, mas não se desliga totalmente dos ideais pátrios. Ao contrário, procura alcançar a melhor postura para cumprir seus objetivos de escrever a história de Portugal. Essa é, portanto, sua concepção ao refletir sobre o próprio trabalho e sobre a postura a ser adotada pelo historiador designado a semelhantes tarefas. Não obstante, em diversas passagens acaba por enaltecer Portugal e seu povo, deixando em segundo plano a pretendida imparcialidade:

... nação composta de um punhado de homens, mas homens como a terra nunca vira; homens cujo braço era de ferro, cujo coração era de fogo, que achavam seu remanso nos braços das procellas, seu folgar nas batalhas de um contra cem, e que, na morte, buscavam para sudario em que se involvessem ou as enxarcias e velas das náus voadas e mettidas a pique, ou os pannos rotos de muros de castellos e fortalezas derrocadas; homens que sogigaram os mares e fizeram emmudecer a terra; homens, enfim, que saldaram completamente com o islamismo e com a Ásia a avultadissima divida e desar e affronta, que a Cruz e a Europa lhes devia desde os tempos em que as desventuras e revezes das Cruzadas se completaram pela perda fatal de Constantinopla. (HERCULANO, 1886: 134)

O conceito de Nação aparece também de forma muito clara nos escritos de Varnhagen. No prefácio à História Geral, afirma que ao escrever a história nacional do Brasil, pretende conquistar para ela um lugar entre as histórias das nações, permitidas apenas para países detentores de certo grau de civilização, mas consciente de sua posição de historiador, não incorre em exaltações exacerbadas ou desnecessárias sobre seu país ou seu povo:

Seja porém como for: saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brazil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e

mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa historia geral da civilização de nosso paiz, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas, só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo... (VARNHAGEN, 1857: VI)

Varnhagen igualmente coloca o trabalho imparcial e o exame da verdade como primeiro plano no fazer historiográfico, mas se permite elaborar considerações baseadas em convicções particulares a respeito da história do Brasil: “... pois triste do historiador que as não tem relativamente ao seu paiz, ou que tendo-as, não ousa apresental-as, quando os exemplos do passado lhe ajudam a indicar conveniências do futuro” (VARNHAGEN, 1856: 12).

Ao analisar, portanto, os elementos principais acima destacados, é possível perceber as implicações do conceito de história que era utilizado por autores que se dedicavam a escrevê-la durante a primeira metade do século XIX. Tanto Alexandre Herculano quanto Varnhagen apresentam uma concepção muito próxima uma da outra e também muito clara do que seria a história que se propõem a elaborar, ligadas, portanto, a ideais como a verdade, a ciência e a pátria, temas muito caros ao século em que viveram. Essa premissa não pode ser desvinculada da evolução semântica da própria palavra considerada desde o século anterior, quando, de acordo com Koselleck, teria ocorrido a transformação do conceito, ou seja, a redefinição de premissas que iniciadas no século XVIII levou a uma concepção de história distinta da que era praticada anteriormente.

O que faz a história ser tão bela é exatamente a fluidez que nos impede de classificar os homens, sobretudo se tratando daqueles que tanto pensaram e se dedicaram ao *métier* de historiador. Intrincada ao preceito que a primeira vista se apresenta tão rigoroso e frio, que é o de tratar a história como uma ciência direta e objetiva em que seu produtor intenta tornar-se invisível a fim de deixar transparecer apenas a tão esperada verdade, emerge o toque humano, que a torna viva e aquecida. A ciência histórica que pretendia a todo custo esconder as paixões que a envolve, deixa pistas pelo seu caminho, onde recolhemos traços da imaginação que preenche as lacunas esquecidas pelo documento, o amor ao objeto de estudo, sobretudo quando se trata de sua tão cara Nação. Nesse sentido, o que motivou o estudo, foi a necessidade de

vislumbrar esse momento da historiografia como um período de fluidez, de idas e vindas, e de concepções não cristalizadas – embora em determinados momentos nossos próprios autores acreditassem na fixidez de suas teorias. Como foi apresentado, Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen atuaram conscientemente na historiografia, tinham plena consciência de seu trabalho e dos ideais seguidos, no caso, salientamos especificamente a concepção científica da história, mas não por isso deixaram de se envolver com as questões nacionais, que exigia talvez uma menor imparcialidade. O caminho a ser seguido posteriormente por esta pesquisa irá abordar como essas questões ligadas à uma história científica e verdadeira se relacionava com elementos da ficção e da imaginação histórica, utilizados por tais autores na concepção de obras que caminhavam na zona de fronteira entre a história e a literatura.

Fontes:

HERCULANO, Alexandre. “Advertência”. *História de Portugal*. Lisboa: em casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1853, 2ª Ed. Tomo Primeiro.

HERCULANO, Alexandre. “Cartas sobre a História de Portugal”. *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1886. Tomo V.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1876. Tomo III.

VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1856. Tomo Primeiro.

VARNHAGEN, Francisco A. “Prefácio”. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1857. Tomo Segundo.

Referencias bibliográficas:

CASSIRER, Ernst. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997, 3ª Ed.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, “Aspectos da ilustração no Brasil”. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009. 2ª Ed.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* / organização de José Murilo de Carvalho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. *Estudos sobre a escrita da história* /

Organizador: Manoel Luiz Salgado Guimarães. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 68-85.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1989.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. “Sobre a tarefa do historiador (1821)”. *História pensada: teoria e método na historiografia européia do Século XIX* / organizador Estevão de Rezende Martins. – São Paulo: Contexto, 2010, pp. 82-100.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Estampa, c1997.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 2001.